

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: [interfacehs@interfacehs.com.br](mailto:interfacehs@interfacehs.com.br)

## **ANÁLISE DOS DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR EDUCACIONAL: A INTER-RELAÇÃO ENTRE SETOR PRODUTIVO E SETOR EDUCACIONAL**

Gisele de Lima Lopes

Mestrado em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, Centro  
Universitário Senac. [gj.l@ig.com.br](mailto:gj.l@ig.com.br).

### **RESUMO**

Este artigo busca rever o processo de desenvolvimento do setor de serviços, mais especificamente o setor de educação, delineando segundo o ponto de vista de autores da área as principais forças e ações que moldaram e moldam esse setor da economia, através de revisão bibliográfica e análise de dados divulgados pelo Ministério da Educação. Retrata os principais fatores, como a metropolização social, a transformação da sociedade com a mudança da estrutura familiar e o retrato das novas necessidades que o mundo globalizado e a sociedade industrializada impõem ao processo social e econômico. Busca responder à questão de como se inter-relacionam o setor produtivo e o setor educacional, demonstrando a importância do setor de serviços para o desenvolvimento social, especialmente dos países em desenvolvimento, que dá a sustentação necessária ao desenvolvimento dos outros setores da economia, com garantia de acesso democrático ao ensino e melhoria da qualidade educacional como suporte ao desenvolvimento.

**Palavras-chave:** setor de serviços; economia; educação; setor educacional.

Este trabalho tem o objetivo de apontar as principais funções e aspectos do setor de serviços, com foco no setor educacional. Analisa seu desenvolvimento e os desafios diante das grandes mudanças ocorridas no século XX, bem como seu panorama de possível desenvolvimento.

Apesar de definida como instrumento prioritário para o desenvolvimento do ser humano na sociedade, garantida pela Constituição Brasileira como um direito de qualquer cidadão e de responsabilidade do Estado, a educação brasileira enfrenta grandes desafios para que se atinjam seus objetivos sociais.

Mesmo o reconhecimento de que suas deficiências se tornam barreiras ao desenvolvimento social e econômico não facilita a compreensão dos dados e experiências brasileiras quanto a iniciativas e investimentos e seus respectivos impactos na melhoria da educação.

A pesquisa foi realizada por meio de breve revisão da literatura e das estatísticas divulgadas pelo Ministério da Educação e seus programas, como também pela comparação de dados da literatura pesquisada.

Realiza um levantamento dos principais aspectos discutidos pelos autores que se dedicam aos temas “economia de serviços”, “serviços educacionais”, “setor de serviços”, “setor de educação” e “educação no Brasil”. Busca responder como se inter-relacionam o setor de educação e o setor produtivo, para a busca da melhoria social e econômica.

## **POPULAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX**

Ao longo do século XX, a população brasileira cresceu muito. Hoje, além de ser um dos maiores países do mundo em termos territoriais, o Brasil é também um dos mais populosos. A produção também cresceu fortemente, pois, no ano 2000, já era doze vezes maior que em 1950 (GREMAUD et al., 2002, p.24).

Além do crescimento da produção, a economia do Brasil sofreu modificações que alteraram as condições de vida de sua população e sua base produtiva. O país, que era considerado agroexportador, com sua população concentrada na zona rural – “cerca de dois terços da população brasileira viviam na zona rural” –, hoje tornou-se um país industrializado, em que a população residente no campo está restrita a 20%. Quanto à participação da agropecuária na produção do país, “era de 25% em 1950, mas já na

década de 1990 o número era em torno de 10%”. Já a indústria passou de “25% da produção em 1950 para 35% em 1990” (GREMAUD et al., 2002, p.27, 28).

Apesar da redução na participação da agricultura na produção no país, sua importância ainda é fundamental. Os principais produtos da economia brasileira têm origem na agricultura, sejam eles industrializados ou semi-industrializados (GREMAUD et al., 2002, p.29).

Até a década de 1930, a população brasileira era considerada aberta, com forte migração de população externa. Atualmente, verifica-se tendência a diminuição no ritmo de crescimento da população. Apesar de ainda se acreditar que o Brasil passa por uma fase de expansão populacional, as taxas de crescimento nos mostram uma diminuição: se entre 1900 e 1920 a taxa média de crescimento era de 2,86%, entre 1991 e 2000 essa taxa é de 1,63%. A população do ano 2000 era de 169,5 milhões de habitantes, longe do número que se esperava com alto crescimento populacional (GREMAUD et al., 2002, p.33).

Essa redução da taxa de crescimento não está basicamente relacionada ao aumento da mortalidade, mas principalmente à diminuição da natalidade. A diminuição das taxas de mortalidade, que ocorre em todo o mundo, deve-se sobretudo ao desenvolvimento da medicina e da saúde pública e à melhoria das condições socioeconômicas, que afetam nutrição, habitação e educação, mas deve-se também a aspectos institucionais, como regras sanitárias e legislação, e a aspectos culturais. Já a diminuição das taxas de natalidade está principalmente relacionada com aspectos socioculturais, como a mudança na configuração da família e a inserção da mulher no mercado de trabalho, e a aspectos informacionais, como o maior acesso das mulheres aos métodos contraceptivos (GREMAUD et al., 2002, p.34).

Durante o século XX, o principal fluxo migratório foi o êxodo rural: estima-se que mais de quarenta milhões de pessoas deixaram o campo para viver nas cidades. Essa migração para o Centro-Sul do Brasil se iniciou nas primeiras décadas do século XX, com o período cafeeiro, e se intensificou no processo de industrialização, com o inchar das metrópoles São Paulo e Rio de Janeiro e com a metropolização da população, que só diminuiu com a crise industrial da década de 1980 (GREMAUD et al., 2002, p.46).

Outro movimento migratório importante é o das fronteiras agrícolas, que são áreas de expansão da agricultura e da agropecuária. Em torno da década de 1970, essa fronteira estava nas regiões Sul e Centro-Oeste, mas hoje se encontra nas franjas da Floresta Amazônica. Se há algumas décadas a migração ocorria de zona rural para zona

rural, hoje ela ocorre de uma zona rural para uma cidade de umas dessas regiões de fronteira, para núcleos urbanos de pequeno e médio porte (GREMAUD et al., 2002, p.46).

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No ano de 2007 e no primeiro semestre de 2008, a mídia brasileira divulgou amplamente notícias vinculadas ao crescimento econômico do Brasil e aos ganhos da população brasileira. Definiu-se esse período como de prosperidade e ganhos para o país, mesmo com os desafios das mudanças econômicas internacionais. E o crescimento econômico foi uma “ampliação quantitativa da produção, ou seja, de bens que atendam às necessidades humanas”. Assim, o Brasil aumentou sua produção de forma a aumentar o atendimento de sua população, mas é necessário o aproveitamento desta fase para a busca do desenvolvimento econômico, que é definido como “associado às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes no país” (GREMAUD et al., 2002, p.77).

Os indicadores sociais do Brasil demonstraram melhorias em muitos aspectos: a esperança de vida ao nascer passou para 67,8 anos; a taxa de mortalidade infantil caiu para 36,7 a cada mil; 89,2% da população brasileira é abastecida com água encanada no interior do domicílio; 85% da população passou a ter serviço de coleta de lixo e houve diminuição no número de analfabetos nas áreas urbanas e rurais, conforme dados coletados entre 1993 e 1999 (GREMAUD et al., 2002, p.80).

No Brasil, “o setor terciário, ou de serviços, gera mais de 50% da renda nacional, a indústria cerca de 35 a 40% e a agricultura cerca de 10%” (GREMAUD et al., 2002, p.87).

Apesar dos esforços políticos para o desenvolvimento das atividades primárias e secundárias, na década de 1990 esse setor mostrou seu dinamismo e rápida evolução. A baixa expectativa relacionada ao terceiro setor devia-se à sua consideração como atividades “residuais, transitórias e teoricamente indefinidas” (WELLER, p.126).

Ainda segundo Weller (2000, p.126), historicamente o terceiro setor se mostrou um empregador diferente das atividades primárias e secundárias da década de 1970: a produtividade laboral média era igual nos setores secundários e terciários, e, quanto ao nível de instrução dos trabalhadores, o setor terciário tem maior concentração de trabalhadores de nível médio e superior comparado aos outros setores, mostrando que a maior concentração nesse tipo de atividade não é desfavorável.

O emprego “nas atividades terciárias se caracteriza pela heterogeneidade e cada vez mais tem aumentado na estrutura produtiva mundial”. E no caso da América Latina, o aumento e desenvolvimento desses tipos de atividades na década de 1990 deve-se também a “reformas e políticas macroeconômicas” que impactaram positivamente nas atividades desse setor e, assim, na quantidade de emprego, estimada na região acima de 3% anualmente. O setor engloba principalmente os serviços financeiros, seguros, serviços básicos como eletricidade, gás e água, transportes, armazenamento, comunicações, comércio, restaurantes e hotéis (WELLER, p.127).

O maior crescimento verificou-se no comércio, em restaurantes e hotéis, que conjuntamente respondem a aproximadamente um terço dos novos postos de trabalho (WELLER, p.130).

### **A TRANSFORMAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL DO TRABALHO E A MAXIMIZAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS**

A ampliação do setor de serviços ocorre através da modificação do setor produtivo. Se com o taylorismo e o fordismo as atividades produtivas deveriam contemplar em um único espaço a produção e a transformação dos materiais em produtos, de forma que todas as necessidades e atividades se encontrassem restritas a um local de produção, que recebia matérias-primas para sua transformação, dentro da transformação do trabalho ocorrida após a crise do sistema produtivo após a década de 1980 essas necessidades se transformaram. As atividades primárias e secundárias demandam cada vez mais o setor de serviços com atividades de apoio essenciais, as quais não são mais incorporadas nas atividades de produção. Deixa-se que o setor de serviços supra essa necessidade e se especialize.

Como um exemplo dessa ocorrência, a agricultura americana se apoia em serviços especializados para o desenvolvimento da atividade, como análise dos solos, inseminação artificial e silagem, entre outros. Desta forma, as atividades não estariam “desaparecendo”, mas sofrendo uma transformação a partir das atividades produtivas, com a transformação das atividades humanas incorporando mais “tecnologias, conhecimentos e mais trabalho diretos”. Assim, a secretária ou o engenheiro estariam vendendo seus “serviços”; mesmo trabalhando na indústria, estariam na área de serviços (DOWBOR, 2001, p.21).

A sociedade ainda demanda os bens físicos, mas para essa produção requer mais conhecimento e mais atividades especializadas. Para que a produção se realize, é necessária toda uma infraestrutura de transporte, energia, comunicação e saneamento, as chamadas “redes de infraestrutura”. Assim, o setor produtivo requer uma infraestrutura adequada para que seus custos sejam compatíveis e sustentáveis, competitivos com os mercados externos (DOWBOR, 2001, p.22).

Outra questão exposta por Dowbor (2001, p.23) é que nenhuma rede de infraestrutura funciona bem sem investimento no capital humano, como na sua saúde, educação, cultura, lazer e informação. Essas necessidades se tornam, assim, componentes essenciais dos processos econômicos centrais. Embora essa ideia de necessidade de desenvolvimento social para apoiar o sistema produtivo não seja nova, atualmente ela passa a ser reconhecida como fator fundamental ao desenvolvimento.

Nos Estados Unidos, a formação de adultos no final da década de 1990 atingiu números extraordinários. Se em 1984 23 milhões de americanos faziam parte dos programas de formação de adultos, em 1995 esse número chegava a 76 milhões e, em 2004, ultrapassou os 100 milhões. O setor de saúde daquele país responde a aproximadamente 14% do PIB, e esse setor se transformou da visão filantrópica que tinha no início do século XX para a visão como atividade fundamental ao desenvolvimento social e econômico, como ocorreu também no ensino público (DOWBOR, p.24).

Alguns termos estrangeiros são “traduzidos” em suas funções sociais por Dowbor (2001, p.38), buscando dar a dimensão das ações que são necessárias à melhoria dos aspectos sociais. São elas:

**Empowerment** = traduzido pelos hispano-americanos como *empoderamiento*, no sentido de resgate do poder político pela sociedade;

**Stakeholder** = o ator social que tem interesse numa determinada decisão;

**Advocacy** = representa o original etimológico de *ad-vocare*, criar capacidade de voz e defesa a uma causa ou a um grupo;

**Accountability** = responsabilização dos representantes da sociedade em termos de prestação de contas;

**Devolution** = recuperação da capacidade política de decisão das comunidades, em contraposição ao conceito de *privatização*;

**Governance** = envolve a capacidade de governo do conjunto dos atores sociais, públicos e privados, *governança*.

Esses termos evidenciam as expectativas da população pela transformação social e política, revertendo a preocupação focada no desenvolvimento econômico relacionado a números e estatísticas para o atendimento dos anseios sociais.

Kon (2004, p.11) indica que estudos relacionados à “análise da localização regional das atividades econômicas” surgiram na década de 1950, com a análise do papel dos serviços como “fator locacional”.

## **O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS E A OCUPAÇÃO DA MÃO DE OBRA**

Com a percepção da intensificação da importância econômica das atividades de serviço com relação ao número de empregos, geração de renda e agregação de valor, o interesse de pesquisas nas áreas começou a aumentar (KON, p.11).

Com relação à migração para as cidades, esses indivíduos inicialmente se inseriam no setor de serviços para quando estivessem mais preparados, buscando uma atividade no setor secundário (KON, p.13). Dependendo da capacidade de absorção dessa mão de obra, a transferência de setor ocorria, mas, como esse mercado possui limitada capacidade de incorporação, muitos continuam no setor de serviços, em atividades mal estruturadas.

Aceita-se, assim, que o desenvolvimento do setor de serviços ocorre para atender a essa mão de obra que não encontra oportunidades em outros setores da economia (KON, p.13).

Após a Segunda Guerra Mundial, mudanças ocorridas na sociedade industrial impuseram a necessidade de revisão desse conceito clássico relacionado ao setor de serviços. A concentração de capital e a reestruturação na gestão de empresas, com internacionalização do capital e multinacionalização das empresas, demandaram mais serviços e o desenvolvimento de atividades específicas para o atendimento empresarial. Porém, identifica-se nesse sentido uma diferenciação no emprego e não no produto, como no caso de grandes empresas que terceirizam a produção de componentes ou mesmo de produtos completos, mas mantêm a sua marca (KON, p.15).

## EXISTÊNCIA E CONTINUAÇÃO DA POBREZA

Embora se reconheça na sociedade a correlação entre baixo nível de escolaridade e pobreza, isso não significa que a maioria das pessoas de baixa escolaridade são ou serão necessariamente pobres. Pessoas de baixa escolaridade são distribuídas uniformemente nas várias faixas de rendimentos. Porém, ao analisar pessoas no nível da pobreza, há a predominância de indivíduos com baixo nível de escolaridade. Aliás, um estudo realizado na década de 1980 demonstrou que a cada ano adicional de escolaridade entre os pesquisados, o aumento de renda médio “variava entre 10 e 19%, dependendo do nível de escolaridade alcançado” (DOWBOR, p.80).

Dowbor (2001, p.81) aponta que nas seis regiões metropolitanas nas quais se encontra em torno de 30% da população brasileira, em levantamento realizado entre os anos 1995 e 1999, o número de postos de trabalho ocupados por pessoas com quatro anos ou menos de escolaridade diminuiu em 1,14 milhão, passando de 34 a 25% a ocupação com essa mão de obra. Mesmo com a indicação de aumento de vagas de empregos formais no ano de 2008, essas vagas se concentram no nível técnico ou especializado.

O crescimento da escolaridade e da distribuição de renda se relaciona fortemente com as políticas públicas de educação relacionadas ao subsídio para qualificação de mão de obra e sua ampliação. Essa relação entre democratização do ensino e promoção da qualificação tem impacto na dinâmica de distribuição de renda ao longo do tempo.

No Plano Nacional da Educação (PNE), mais especificamente em sua introdução, consta a descrição do fator que levou à sua ideia central, a esperança de acadêmicos e da população em geral quanto à educação, esperança de que esta seja “responsável pelo equacionamento dos problemas educacionais e pela abertura de novas perspectivas para os cidadãos do país”.

## O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O PNE, como foi definido, é um documento abrangente, que trata de toda a educação, desde a educação infantil à pós-graduação. Ele está sob os eixos da “educação como um direito”, da “educação como motor do desenvolvimento econômico e social” e da “educação como meio de combate à pobreza e à miséria”, sem contudo

definir ou adotar ideologias para atingir esses três eixos. É um direito que deve ser garantido pelo Estado, desde o nascimento até os níveis mais altos da educação e, segundo o PNE, é indicado como motor do desenvolvimento dos países, pois somente com a educação a pessoa conseguirá contribuir com o grupo social (PNE, 2000).

O PNE indica haver evidências para comprovar que com a educação há melhoria em diversos aspectos da vida das pessoas, do aumento da empregabilidade à melhor orientação sobre como cuidar da saúde. Quanto à diminuição da pobreza,

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1997, dos brasileiros com mais de 12 anos de escolaridade, 77% têm emprego fixo e bem remunerado, enquanto entre os que permanecem na escola até 4 anos, apenas 44% têm emprego fixo e remunerado até três salários mínimos. (PNE, 2000)

E o texto vai mais longe, lembrando que mesmo em áreas onde ocorreu a urbanização com a desfavelização, onde houve mudanças físicas, verificou-se que a população lá residente não deixou de apresentar extrema carência, donde a solução primordial é a educação. O fato de completar o ensino médio significa, na América Latina, que o indivíduo tem 90% de probabilidade de não cair na pobreza (PNE, 2000).

Assim, no PNE a educação é exposta como ponto central ao desenvolvimento social que é buscado por todos os cidadãos e pelo Poder Público. Uma vez que o direito da criança à educação é assegurado desde o nascimento, como vimos há pouco, deve ser voltado para o desenvolvimento de sua inteligência e dos cuidados físicos requeridos nessa fase de desenvolvimento, juntamente com os cuidados familiares. A partir dos seis anos, ela ingressa no ensino fundamental, onde o objetivo da escola é torná-la cidadão, realizar sua alfabetização e, em conjunto com programas para estender essa educação, proporcionar atividades complementares ao estudo básico. O ensino médio é fundamental para atingir maiores níveis de produtividade e maior eficiência social, e garantir um nível aceitável de qualidade de vida. A educação superior deve ter comprometimento com os outros níveis educacionais e com a pesquisa, e deve formar professores de educação básica.

## FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1990

A crítica contida no artigo de Pinto (2002) refere-se à pouca exposição na mídia e à avaliação crítica de ações conduzidas pelo ministro Paulo Renato Souza, que esteve à frente do Ministério da Educação nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. As ações conduzidas nesse período pouco modificaram a quantidade de recursos investidos em educação, assumindo a postura da mesma destinação de verba, mas com otimização estrutural. Entre as ações conduzidas nesse período, destacam-se:

a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Emenda Constitucional nº 14 que, entre outras medidas, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e sua regulamentação (Lei nº 9.424/1996), e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001). (PINTO, 2002)

Na gestão Itamar Franco, houve a participação do Brasil na Conferência de Educação para Todos, em 1990, na Tailândia, que resultou na assinatura da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, com apoio de Unesco, Unicef e Banco Mundial. Essa conferência influenciou politicamente a área da educação brasileira com a política do Banco Mundial, segundo a qual o ensino fundamental deveria ser priorizado (PINTO, 2002).

Segundo a posição de Pinto (2002), essa política é de “priorização sistemática do ensino fundamental, em detrimento dos demais níveis de ensino, e de defesa da relativização do dever do Estado com a educação”. Assim, a tarefa de assegurar a educação e a qualidade do ensino passa a ser relativizada como uma obrigação do Estado, e passa a ser de responsabilidade de todos os setores da sociedade.

## INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO, PROGRAMAS E METAS

A tabela de resultados do estudo desenvolvido pelo Inep, pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) indica um aumento do percentual de

investimento na área da educação em relação do PIB. Segundo o Inep, os 4,4% do PIB brasileiro correspondem a 101,8 bilhões de reais, e o aumento desse investimento no ano de 2006, comparado ao ano de 2005, corresponde a 10 bilhões de reais.

Segundo os percentuais apresentados, a área que mais cresceu em investimentos foi a da educação básica, 0,5%, em razão das políticas públicas para desenvolvimento desse nível na educação (INEP, 2008).

**Tabela 1 – Percentual do Investimento Público Total em Relação ao PIB**

Ano	Níveis de Ensino						
	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Terciária	
			De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais			
2000	4,7	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2001	4,8	3,8	0,4	1,4	1,3	0,7	0,9
2002	4,8	3,8	0,4	1,7	1,3	0,5	1
2003	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2004	4,5	3,6	0,4	1,5	1,3	0,5	0,8
2005	4,5	3,7	0,4	1,5	1,3	0,5	0,9
2006	5	4,2	0,4	1,6	1,5	0,7	0,8

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DTDIE/Inep.

Disponível em: [www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news08\\_26.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news08_26.htm).

Quanto ao investimento por aluno em educação, o mesmo estudo aponta que passou de R\$ 1.507 em 2000 para R\$ 2.042 em 2006, na rede pública. O gasto por aluno do ensino fundamental foi de R\$ 1.657 em 2005 e em 2006 foi de R\$ 1.825; com o aluno do ensino médio, o gasto era de R\$ 1.036 em 2005 e em 2006 passou para R\$ 1.417 (INEP, 2008).

**Tabela 2 – Investimento Público Direto por Estudante (em reais)**

Total	Níveis de Ensino						Percentual da Educação Terciária
	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Terciária	
			De 1ª a 4ª Séries ou	De 5ª a 8ª Séries			

Ano				Anos Iniciais	ou Anos Finais			sobre a Educação Básica
2000	1.507	1.254	1.435	1.234	1.259	1.197	13.867	11,1
2001	1.561	1.301	1.296	1.220	1.372	1.361	13.705	10,5
2002	1.556	1.289	1.220	1.424	1.323	958	12.993	10,1
2003	1.517	1.266	1.404	1.380	1.311	863	11.384	9
2004	1.649	1.400	1.496	1.481	1.497	1.024	11.525	8,2
2005	1.753	1.485	1.416	1.657	1.578	1.036	11.720	7,9
2006	2.042	1.773	1.533	1.825	2.004	1.417	11.820	6,7

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DTDIE/Inep.

Disponível em: [www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news08\\_26.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news08_26.htm).

Com relação ao percentual de investimento por aluno em educação no nível superior, a Tabela 2 demonstra a diminuição da proporção: em 2000 chegava a ser 11 vezes maior que o investimento na educação básica, ao passo que em 2006 é de 6,7 vezes. Porém, a proporção considerada nos países desenvolvidos não é superior a três vezes (INEP, 2008).

O Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) aprovou investimentos de R\$ 15 bilhões para melhorias na educação, a serem investidos até 2011, com o objetivo de contribuir para que se atinjam as metas para 2022, especialmente a meta de todas as crianças e jovens na escola com idades entre 4 e 17 anos, crianças alfabetizadas até os 8 anos, todo aluno com aprendizado adequado à série e os jovens com ensino médio concluído até os 19 anos. E um dos investimentos mais importantes deste programa é o estabelecimento de piso salarial para o magistério (SECOM/PR, 2008).

O Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – investiu R\$ 3,2 bilhões em 2008 e tem previsão de investimento de R\$ 4,5 bilhões, dos quais 60% são investidos na remuneração de professores. Outro investimento do Fundeb é no maior repasse de verba por aluno em escolas integrais. O Pró-infância é um programa com objetivo de equipar e ampliar o número de creches e pré-escolas e instalar laboratórios de informática nas escolas (SECOM/PR, 2008).

Tabela 3 – Grau de escolaridade de docentes

Educação básica	Grau de formação	1991		1996		Crescimento %
		Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	
Pré-escola	1º Grau Incompleto	9.734	5,8	16.198	7,4	66,4
	1º Grau Completo	21.851	13,1	19.069	8,7	-12,7
	2º Grau Completo	106.843	64,0	144.189	65,7	35,0
	3º Grau Completo	28.489	17,1	40.061	18,2	40,6
	Total	166.917	100	219.517	100	31,5
Classe de Alfabetização	1º Grau Incompl.	2.070	31,6	3.297	29,6	59,3
	1º Grau Compl.	1.496	22,9	2.766	24,9	84,9
	2º Grau Compl.	2.909	44,4	4.952	44,5	70,2
	3º Grau Compl.	70	1,1	106	1,0	51,4
	Total	6.545	100,0	11.121	100,0	69,9
Ensino Fundamental	1º Grau Incompl.	72.285	5,6	71	0,0	-18,4
	1º Grau Compl.	67.087	5,2	997	0,3	12,9
	2º Grau Compl.	624.639	48,2	43.418	13,3	3,3
	3º Grau Compl.	531.954	41,0	282.341	86,4	30,5
	Total	1.295.965	100,0	326.827	100,0	26,0
Ensino Médio	1º Grau Incompl.	87	0,0	71	0,0	-18,4

1º Grau Compl.	883	0,3	997	0,3	12,9
2º Grau Compl.	42.024	16,2	43.418	13,3	3,3
			282.34		
3º Grau Compl.	216.386	83,4	1	86,4	30,5
		100,	326.82	100,	
Total	259.380	0	7	0	26,0

Fonte: INEP, 2007 apud VIEIRA, 1999.

O Programa Banda Larga nas Escolas, desenvolvido pelo Governo Federal, tem o objetivo de promover a inclusão digital de alunos das escolas públicas desde seus primeiros anos de escola. Assim, o objetivo é que até 2010 todas as escolas públicas urbanas tenham acesso à banda larga (SECOM/PR, 2008).

Dentro desse objetivo de inclusão digital está também a possibilidade de acesso de professores de escolas públicas, para realizarem os cursos de aperfeiçoamento a distância e graduação, como é o caso da UAB (Universidade Aberta do Brasil). Assim, há possibilidade de a escola formar um núcleo de acesso digital para a comunidade na qual está inserida.

O programa que pretende realizar a expansão do ensino superior público é o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), para o qual o governo pretende destinar até R\$ 12 bilhões até 2012. O Reuni tem o objetivo de ampliar o acesso ao nível superior, com aumento do número de vagas no ensino superior público e das regiões atendidas por ele (SECOM/PR, 2008).

## PLANEJAMENTO E PROJEÇÕES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Dentro das iniciativas para a área da educação está a criação, em 2007, do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), idealizado como uma escala de zero a dez que está relacionada com as metas bianuais as escolas e a rede até 2022. Com esse indicador, dados colhidos em 2005 identificaram a pontuação de 3,8 para os três primeiros anos do ensino fundamental e 4,2 para os dados colhidos em 2007. Segundo o Ministério da Educação, com metas para os sistemas municipais, estaduais e federal de

ensino, o Ministério espera chegar a um ensino de qualidade, comparado ao dos países de primeiro mundo, com o alcance da pontuação seis até 2022 (MEC, 2008).

**Tabela 4 – IDEB 2005, 2007 e Projeções para o Brasil**

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Ideb Observado		Metas		Ideb Observado		Metas		Ideb Observado		Metas	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
	Total	3,8	<b>4,2</b>	3,9	6	3,5	<b>3,8</b>	3,5	5,5	3,4	<b>3,5</b>	3,4
Dependência Administrativa												
Pública	3,6	<b>4</b>	3,6	5,8	3,2	<b>3,5</b>	3,3	5,2	3,1	<b>3,2</b>	3,1	4,9
Federal	6,4	6,2	6,4	7,8	6,3	6,1	6,3	7,6	5,6	<b>5,7</b>	5,6	7
Estadual	3,9	<b>4,3</b>	4	6,1	3,3	<b>3,6</b>	3,3	5,3	3	<b>3,2</b>	3,1	4,9
Municipal	3,4	<b>4</b>	3,5	5,7	3,1	<b>3,4</b>	3,1	5,1	2,9	<b>3,2</b>	3	4,8
Privada	5,9	<b>6</b>	6	7,5	5,8	<b>5,8</b>	5,8	7,3	5,6	<b>5,6</b>	5,6	7

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Disponível em: [ideb.inep.gov.br/site/](http://ideb.inep.gov.br/site/). Acesso em: 8 out. 2008.

Quanto às Regiões Norte e Nordeste do Brasil, podemos notar diferenças nos três primeiros anos iniciais de alfabetização, entre a região urbana e rural, e diferença maior ainda em comparação entre a rede federal e as redes estadual e municipal.

Com relação aos índices encontrados nos três anos finais da educação básica e no ensino médio, os índices mostram, em comparação com os anos iniciais, pequena piora ao avançar nos próximos níveis de estudo, porém mantendo certa faixa de índice e classificação, ficando em melhor classificação a rede federal de ensino, seguida pela rede particular.

Quanto ao índice alcançado pela rede de ensino privada, é bem próximo ao que o Ministério pretende atingir até 2022. Como a rede federal alcançou níveis acima da meta para 2022, este pode servir assim de norteador para as iniciativas políticas sem, contudo, desprezar as características regionais e particularidades do ensino na região.

Em 2006, aplicou-se no território nacional o PISA (Programme for International Student Assessment / Programa Internacional para avaliação dos alunos), do Diretório de Educação da OECD, em 630 escolas previamente selecionadas pela Westat, instituição americana que integra o Consórcio Internacional que administra o PISA. Essa avaliação tem o objetivo de apontar o quanto estudantes de 15 anos adquiriram de competências e habilidades, no final da educação compulsória, comparando indicadores coletados na aplicação dos países membros;

**Tabela 5 – Dados quantitativos de alunos presentes no PISA 2006 por série**

Região	UF	7 <sup>a</sup> Série EF *	8 <sup>a</sup> Série EF	1 <sup>a</sup> Série EM **	2 <sup>a</sup> Série EM	3 <sup>a</sup> Série EM
Centro-Oeste	Distrito Federal	40	114	108	42	2
	Goiás	39	71	125	68	3
	Mato Grosso	34	53	107	50	12
	Mato Grosso do Sul	30	63	128	100	0
<b>Total da Região Centro-Oeste</b>		<b>143</b>	<b>301</b>	<b>468</b>	<b>260</b>	<b>17</b>
Nordeste	Alagoas	73	86	87	45	1
	Bahia	81	83	139	41	0
	Ceará	43	88	125	49	4
	Maranhão	73	89	140	20	0
	Paraíba	49	70	72	37	4
	Pernambuco	56	75	120	52	5
	Piauí	62	114	104	29	2
	Rio Grande do Norte	29	75	117	86	5
Sergipe	56	72	150	46	2	
<b>Total da Região Nordeste</b>		<b>522</b>	<b>752</b>	<b>1054</b>	<b>405</b>	<b>23</b>
Norte	Acre	30	85	105	51	2
	Amapá	41	120	68	43	0
	Amazonas	81	106	105	30	0
	Para	56	96	135	37	0
	Rondônia	45	67	136	55	1

	Roraima	40	64	133	60	3
	Tocantins	39	85	96	64	6
Total da Região Norte		332	623	778	340	12
Sudeste	Espírito Santo	48	65	116	79	2
	Minas Gerais	75	140	272	57	9
	Rio de Janeiro	49	114	141	47	8
	São Paulo	53	250	590	174	0
Total da Região Sudeste		225	569	1119	357	19
Sul	Paraná	37	62	135	111	0
	Rio Grande do Sul	47	72	141	90	0
	Santa Catarina	29	72	125	102	3
Total da Região Sul		113	206	401	303	3
Total Geral		1335	2451	3820	1665	74

Fonte: Resultados da aplicação do PISA 2006; \* EF: ensino fundamental; \*\* EM: ensino médio.

Nas análises dos Resultados da Aplicação do PISA 2006, há a indicação do grande número de ausências, entre as principais delas, a justificativa por motivo de transferência no mês de julho – aproximadamente 40% das ausências –, o que não era comum na aplicação em outros países. Da amostra final, dos 11.771 alunos previstos, participaram efetivamente 9.345.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio relacionado ao setor educacional é garantir a democratização e a qualidade do ensino, fazendo que a escola recupere e supere seu papel fundamental nos mecanismos de mobilidade social e que atenda às necessidades de suporte dos setores produtivos e outras atividades de serviço. Somente com o desenvolvimento do setor de educação será possível atingir o desenvolvimento social, e não apenas o econômico, em números.

Dessa forma, a atuação do Estado é o fator primordial para que esse desenvolvimento ocorra. Não somente melhorar os números relacionados com a educação – como diminuição do número de analfabetos ou de alunos que chegam ao nível superior –, mas fazer que esse aumento contenha também qualidade e atinja de forma igualitária a todos.

Nas fontes pesquisadas, o papel do setor de serviços é de grande importância para o desenvolvimento do setor produtivo. Esse setor possui muita representatividade na economia e grande participação em todos os demais, não só como apoio, mas como desenvolvedor, para atendimento das novas necessidades da população mundial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996. 293p.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Disponível em: [portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=8658&Itemid=&sistemas=1](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8658&Itemid=&sistemas=1). Acesso em: 9 out. 2008.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. SECOM/PR. *Mais Brasil para mais brasileiros*. Brasília, 2008.

CASTRO, Claudio de Moura. O ensino médio: órfão de ideias, herdeiro de equívocos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.16, n.58, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n58/a08v1658.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n58/a08v1658.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.16, n.59, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a05.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel. *Economia social no Brasil*. São Paulo: Senac São Paulo, 2001. 388p.

FERREIRA, Márcia Santos. Os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v.13,

n.38, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/07.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Ação reguladora da União e qualidade do ensino obrigatório (Brasil, 1988-2007). *Educar em Revista*, n.31, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a04.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, v.13, n.37, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 626p.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Investimento público em educação*. Brasília, 2008. Disponível em: [www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news08\\_26.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news08_26.htm). Acesso em: 5 nov. 2008.

JACOBI, Pedro Roberto. Estado e educação: o desafio de ampliar a cidadania. *Revista Brasileira de Educação*, n.31, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a08.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

KON, Anita. *Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004. 269p.

NASCIMENTO, Paulo Augusto Meyer Mattos. Desempenho escolar e gastos municipais por aluno em educação: relação observada em municípios baianos para o ano 2000. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.15, n.56, 2007. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n56/a06v1556.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n56/a06v1556.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). *Educação & Sociedade*, v.23, n.80, 2002. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0101-73302002008000008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0101-73302002008000008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 7 out. 2008.

RUMMERT, Sonia Maria. Programa Integração: avanços e contradições de uma proposta de educação formulada pelos trabalhadores. *Revista Brasileira de Educação*, n.27, 2004. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a09.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a09.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

SANTOS, Sônia Querino dos; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.16, n.58, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n58/a07v1658.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n58/a07v1658.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação & Sociedade*, v.28, n.100, 2007. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra Galdino. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. *Educação e Pesquisa*, v.34, n.2, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/03.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

SOUZA, Donaldo Bello de; RAMOS, Marise Nogueira; DELUIZ, Neise. Cobertura municipal da educação profissional via regime de colaboração: uma prática possível?. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.15, n.54, 2007. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a03v1554.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a03v1554.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch; AMORIM, Wilson Aparecido Costa de. Reformulação e expansão dos cursos superiores de tecnologia no Brasil: as dificuldades da retomada da educação profissional. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.16, n.59, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a04.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

WELLER, Jürgen. *Reformas económicas, crecimiento y empleo: los mercados de trabajo en América Latina y el Caribe*. 1.ed. Santiago de Chile: Cepal, 2000. 261p.

WERMELINGER, Mônica; MACHADO, Maria Helena; AMANCIO FILHO, Antenor. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.15, n.55, 2007. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a03v1555.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a03v1555.pdf). Acesso em: 14 dez. 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. Organização e estrutura do sistema educacional brasileiro: perspectivas da nova LDB. In: \_\_\_\_\_. *Situação da educação básica no Brasil*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. 134p.